

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.180 - SP (2019/0173284-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON**  
**PROCURADOR : CLÁUDIO HENRIQUE DE OLIVEIRA - SP329155**  
**AGRAVADO : GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA**  
**ADVOGADOS : MAXIMILIAN FIERRO PASCHOAL - SP131209**  
**LUCAS PINTO SIMÃO - SP275502**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. PROCON. INFRAÇÃO. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA. ACÓRDÃO BASEADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. VERBA HONORÁRIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

DIREITO DO CONSUMIDOR E ADMINISTRATIVO - PROCON - AÇÃO ANULATÓRIA - RELAÇÃO DE CONSUMO - PROCESSO ADMINISTRATIVO - MULTA - CUMPRIMENTO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE SEGURANÇA - "RECALL" ESPONTÂNEO - ILEGALIDADE - INEXISTÊNCIA - Não se pode exigir do fornecedor do produto ou serviço mais cuidado em relação à segurança do que a legislação aplicável determina, pois o CDC refere-se a vício que se "sabe" ou "deveria" saber, e não "poderia" (art. 10, caput) - "Recall" ou chamamento dos consumidores realizado voluntariamente, não decorrente de fiscalização ou autuação de qualquer autoridade competente, de acordo com os §§ 1º e 2º do CDC - Infração administrativa inexistente - Dá-se provimento ao recurso.

Em novo julgamento dos embargos de declaração, deu-se a seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Omissão - Anulação, pelo Superior Tribunal de Justiça, do acórdão que rejeitou os embargos de declaração - Omissão sanada neste ato - Honorários sucumbenciais fixados em 10% sobre o valor da causa, com base no art. 20, §4º, do CPC/73 - Embargos de declaração acolhidos apenas para complementar a fundamentação do acórdão da apelação, sem modificação quanto ao resultado do julgamento.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta violação aos arts. 10, *caput*, do CDC, e 20, § 4º, do

CPC/1973.

Em síntese, aduz que restou comprovada a prática da infração por parte da recorrida porquanto ficou demonstrada a ocorrência da periculosidade adquirida no produto posto em circulação e não se configurou nenhuma das hipóteses de exclusão da responsabilidade previstas no § 3º do artigo 12 do CDC, bem como a verba honorária foi fixada em valor excessivo.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que rever as conclusões do v. acórdão combatido importaria em revolvimento do acervo fático-probatório, atraindo a incidência do óbice sumular nº 7/STJ.

Nas razões de agravo, postula o processamento do recurso especial, haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do especial.

A pretensão não merece acolhida.

Isso porque, quanto à suposta ofensa aos dispositivo indicado como violado, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos probatórios dos autos, concluiu pela inexistência de prática infracional nos termos da legislação consumerista, bem como que a recorrida tomou todas as providências técnicas normais de segurança de acordo com a legislação vigente no país. A propósito, os seguintes trechos do acórdão recorrido (fls. 289/290 e-STJ):

(...)

No caso em tela, a empresa, antes de colocar os veículos no mercado, tomara todas as providências técnicas normais de segurança, declarando-se de acordo com a legislação vigente no país.

Não obstante, ao tomar conhecimento de falha em duas linhas de veículos, uma, S10, por meio de uma associação dos EUA que realizara "crash tests" (testes de colisão) em velocidade superior às exigidas até pelas rígidas leis norte-americanas, e, outra, a Silverado, através de investigação realizada por ela mesma após um acidente de carro, a fabricante, voluntariamente, divulgou os problemas que poderiam ocorrer, em situações extremas e constantes, às autoridades e aos consumidores, através de seu "site" na Internet, de publicação em jornal de grande circulação e de anúncios na televisão aberta, chamando-os às concessionárias para corrigir os defeitos.

Certamente, a fabricante é responsável pela segurança de seus produtos, como determina o CDC. Contudo, não se pode exigir dela mais cuidados do que a própria lei determina.

Em outras palavras, deve o fornecedor certificar-se de que seus produtos atendam aos níveis de segurança aceitáveis estabelecidos pela legislação aplicável, mas não é razoável exigir-se dele infalibilidade completa, principalmente porque o art. 10, caput, do CDC, dispõe que "[o] fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança"(g.n.).

Dos autos, consta que a fabricante de veículos não sabia, quando da

# *Superior Tribunal de Justiça*

colocação dos produtos no mercado, desses defeitos. E não tinha como saber de sua existência, pois não aparecem nos testes exigidos pela lei.

Veja-se que o artigo 10, caput, mencionado refere-se a grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança que "deveria" saber, e não que "poderia".

"Deveria" significa uma obrigação da empresa, "poderia", uma faculdade.

Se não se exigem no Brasil, dentre outros, por exemplo, os famosos "crash tests" para se atestar a segurança dos veículos para comercialização, não se pode punir o fornecedor que age de acordo com a lei, mesmo que esta seja falha.

Além disso, o que é também nodal, o "recall" deu-se espontaneamente, não tendo como estopim fiscalização feita pelo PROCON ou qualquer outro órgão competente, tendo ocorrido apenas o acidente, sem vítimas, num universo de cerca de 14000 (catorze mil) veículos.

Foi eminentemente preventivo o chamamento, portanto, e de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 10 do CDC.

Desse modo, não houve infração administrativa justificadora da multa imposta pelo PROCON.

Nesse contexto, o julgado atrela-se ao contexto fático-probatório da causa e, para admitir entendimento contrário conforme a pretensão recursal, necessário que se adote o mesmo procedimento, o que todavia escapa ao âmbito do recurso especial diante da Súmula 7/STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 5º DA LINDB. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. PRÁTICA ABUSIVA. VALOR DA MULTA. VERIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. NORMA LOCAL. SÚMULA 280/STF. PORTARIA PROCON. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. O STJ não considera suficiente, para fins de prequestionamento, que a matéria tenha sido suscitada pelas partes ou apenas citada no acórdão, mas sim que a respeito tenha havido efetivo debate no acórdão recorrido.

3. O recurso especial não é, em razão da Súmula 7/STJ, via processual adequada para questionar julgado que se afirmou explicitamente em contexto fático-probatório próprio da causa.

4. O exame da matéria demandaria a análise de legislação local, o que é inviável nesta via, nos termos da Súmula 280/STF.

5. O entendimento jurisprudencial consolidado no STJ é no sentido que os atos normativos internos, tais como os atos normativos, as resoluções, portarias, regimentos internos não se inserem no conceito de lei federal,

# *Superior Tribunal de Justiça*

não sendo possível a sua apreciação pela via do recurso especial.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1145530/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 31/10/2017)

Por fim, no que concerne aos honorários, esclareço não ser possível a alteração seu montante em sede especial porquanto implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC. REAPRECIAÇÃO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Consoante a jurisprudência do STJ, não cabe a este Tribunal reapreciar o valor fixado a título de honorários advocatícios, arbitrados com base na equidade e observados os critérios previstos nas alíneas do § 3º, do art. 20 do CPC, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula 7 desta Corte.

II. No caso, o Tribunal de origem manteve os honorários de advogado, fixados com base no art. 20, § 4º, do CPC e observados os critérios do § 3º do art. 20 do diploma processual civil, asseverando que, "tratando-se de ação ajuizada no mesmo domicílio do patrono do autor, dispensando-se a realização de viagens de longas distâncias, na qual se discute matéria corriqueira, reiteradamente decidida pelos tribunais, inclusive, com entendimento já consolidado, não se exigindo grande esforço na defesa dos interesses do cliente, e sem descuidar do grau de zelo do profissional, impõe-se reconhecer que os honorários foram arbitrados de forma compatível com a simplicidade da causa". Incidência, no caso, da Súmula 7/STJ, consoante reiterada jurisprudência.

III. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 148.933/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 22/04/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS. IRRISORIEDADE. REVISÃO. NÃO CABIMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Tendo sido os honorários advocatícios fixados com base na apreciação equitativa da prestação do serviço pelo advogado, sua revisão impõe incontornável reexame dos aspectos fáticos da lide. Incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 460.367/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 23/04/2014)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator

